

De Castro e Silva a Maquiavel - o ensino da Estratégia entre o Estado Novo e o seu ocaso

Marlene Matos

Escola Naval

1. Introdução

Rogério Silvério de Castro e Silva (1905-1983) foi um oficial de marinha multifacetado que ficou conhecido sobretudo pelos seus contributos para as áreas da arte naval, da eletricidade e da estratégia. O presente trabalho analisa o seu contributo talvez menos conhecido - o relativo à Estratégia.

É nosso objetivo reavivar a memória de alguém que muito contribuiu para a transmissão e difusão de conhecimentos técnicos relevantes em diversas áreas do conhecimento a várias gerações de jovens portugueses, militares e civis.

Divulgar a sua faceta de estratega naval é talvez o nosso principal propósito. A sua lucidez e, quiçá, visionarismo, evidenciam o quão atuais e úteis podem ser os ensinamentos dos clássicos quando corretamente interpretados e adaptados a circunstâncias atuais concretas. Os restantes são mostrar como e quanto o pensamento estratégico de Castro e Silva está próximo do de um clássico, Maquiavel, por uma lado, e por outro, como existem *assuntos estratégicos* intemporais, cujas lições não devem ser negligenciadas.

O trabalho iniciará por apresentar-se o contexto histórico em que decorreu o período de atividade deste oficial, seguindo-se uma breve biografia do mesmo, centrada na sua carreira militar. Dela sobressairá a sua dedicação à Estratégia no Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG), onde foi colocado em 1951.

De seguida será abordada a figura do *povo* nos escritos de Maquiavel. Inicia-se por apresentar o autor e as suas principais obras, passando-se de seguida ao entendimento e importância que ao *povo* nelas lhe é atribuída. Aparentemente dissociados, Castro e Silva e Maquiavel têm uma visão muito próxima sobre o papel do *povo* no âmbito da Estratégia, sobretudo no que respeita à sua importância para a manutenção do poder.

O artigo termina evidenciando três aspetos no âmbito da Estratégia que Castro e Silva considerava muito importantes e que o motivaram a publicar em 1972 o livro *Estratégia*: a importância do conhecimento da Estratégia militar por parte dos não militares, sobretudo os políticos; a importância do *povo* para a manutenção do poder, ou seja, dos esforços conjuntos de toda a sociedade para a prossecução e alcance final, com êxito, dos objetivos definidos pelos políticos e, por último, a importância da coordenação entre os ramos militares.

A justificação do tema prende-se com a necessidade de valorizar mais na atualidade a Estratégia militar e os estrategas navais.

2. O contexto histórico português no período ativo de Castro e Silva

Como veremos no ponto seguinte, o período de vida ativa militar de Castro e Silva coincide praticamente com o período de vida ativa política de António de Oliveira Salazar, a figura de proa do Estado Novo (1926-1970).

Após o golpe militar de 28 de maio de 1926, Salazar foi convidado pelos militares para o cargo de Ministro das Finanças por duas semanas, cargo que viria a ocupar novamente entre 1928 e 1932 e onde rapidamente assumiu uma posição de relevo pela sua habilidade em endireitar as contas públicas. A sua influência crescente levou-o a consolidar o poder, culminando na sua nomeação como Presidente do Conselho de Ministros em 1932. O seu período de governação foi marcado por uma forte centralização do poder. Inicialmente sob a designação de Ditadura Nacional, no período entre 1926 e 1933, data da publicação da nova Constituição, e, posteriormente, sob a designação de Estado Novo, entre 1933-1974 (RTP, 2021a) .

A Ditadura Nacional caracterizou-se pela repressão da oposição política e pela reorganização das estruturas do Estado, com o objetivo de restaurar a ordem e a estabilidade. Não podemos esquecer que, durante a chamada Primeira República (1910-1926), Portugal viveu um período politicamente muito instável. O poder militar teve um papel determinante no início da ditadura, mas foi sendo gradualmente subjugado pelo poder político. Para reorganizar o Estado, Salazar fez publicar a Constituição de 1933, que institucionalizou o Estado Novo, um regime autoritário que promovia o nacionalismo, o corporativismo e o conservadorismo.

Em termos internos, Salazar exercia um controlo rígido sobre todos os aspetos da vida política, económica e social.

No que respeitava à política externa, durante a Segunda Guerra Mundial, Portugal manteve oficialmente uma política de neutralidade, não muito consensual em termos práticos (Telo, 2000). Concedeu bases militares aos Aliados nos Açores e aquando da sua primeira candidatura à Organização das Nações Unidas (ONU), em 1946, a União Soviética e a Polónia vetaram a adesão, alegando que Portugal tinha mantido relações de amizade com a Itália e a Alemanha (RTP, 2016).

Em 1949, após a Segunda Guerra Mundial, Portugal aderiu à Organização do Tratado Atlântico Norte (OTAN), alinhando-se com o bloco ocidental (Matos, 1999).

O processo de adesão à ONU , como foi dado a antever anteriormente, foi mais complexo e influenciado pelo contexto geopolítico da Guerra Fria. Após praticamente uma década de sucessivas tentativas falhadas, devido aos repetidos vetos soviéticos, Portugal conseguiu finalmente aderir em dezembro 1955, com efetivação em fevereiro de 1956 (RTP, 2016).

Após 1955 a situação geopolítica alterou-se. Com a morte de Estaline em 1953 deu-se início a um período de abrandamento do confronto entre as duas facções beligerantes. Foi negociado um pacote de adesão de vários países, incluindo Portugal, que foi aceite pela ONU. A posição de Portugal como membro da OTAN, também ajudou a que a sua adesão se tornasse mais tolerável (RTP, 2016).

Após a Segunda Guerra Mundial, o processo mundial de descolonização ganhou força, impulsionado pelo enfraquecimento das potências coloniais europeias e pela ascensão de movimentos nacionalistas nas colónias. Na África e na Ásia, muitos países lutaram pela sua independência, reivindicando o direito à autodeterminação. Este processo teve o seu auge nas décadas de 1950 e 1960.

A Guerra Fria também influenciou os movimentos de autodeterminação, com as superpotências a apoiarem diferentes grupos em busca de influência global. A luta contra o colonialismo tornou-se um campo de batalha ideológico entre o bloco ocidental e o bloco soviético.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela ONU em 1948, reconheceu o direito dos povos à autodeterminação, fortalecendo a legitimidade dessas reivindicações.

Portugal era um país com *colónias*, que passou a *redesignar* por *províncias ultramarinas*, numa alteração à Constituição pela Lei n.º 2048, de 11 de junho de 1951, *ressuscitando* um termo que vinha de 1850 de uma das revisões da Carta Constitucional de 1826 (RTP África, 2025).

Em Portugal, os movimentos de autodeterminação ganharam força nas províncias africanas, com a eclosão da violência em Angola em março de 1961. A perda dos territórios na Índia em dezembro de 1961 e o aparecimento de outros movimentos de autodeterminação em Moçambique e na Guiné conduziram a um esforço militar sem precedentes do país até 1974-1975 (Afonso & Gomes, 2020).

A Guerra do Ultramar teve um impacto significativo na sociedade portuguesa, causando um desgaste económico e humano considerável (RTP, 2021b). O poder militar voltou a ganhar grande importância devido a guerra, e começou a ganhar terreno até ao 25 de abril de 1974.

Foi neste contexto que Castro e Silva, em 1972, já fora da vida ativa, e antes do 25 de abril, publicou o seu livro *Estratégia*.

3. Breve biografia de um militar, professor e autor bem sucedido

Rogério Silvério de Castro e Silva nasceu a 6 de novembro de 1905 na Nazaré. Alistou-se na Armada a 17 de outubro de 1925 e ascendeu ao posto de guarda-marinha a 1 de setembro de 1928.



Figura 1: Castro e Silva, guarda-marinha. (Álbum n.º 15 de Fotografias de Oficiais, <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16048&FileID=10440&recordType=Description>)

Foi um oficial que ficou conhecido sobretudo pelas suas publicações técnicas nas áreas da Arte Naval e da Eletricidade.

É da sua autoria o *Manual das Instalações Eléctricas de Bordo*, livro que publicou em 1944, enquanto primeiro-tenente. O manual, com a classificação de segurança de RESERVADO foi editado pelo Ministério da Marinha para a Escola de Mecânicos então localizada em Vila Franca de Xira.

O seu manual *A Arte Naval Moderna (Aparelho e Manobra dos Navios)*, cuja primeira edição data de 1945, alcançou a 9.ª edição em 1979 (Silva, 1979).

O seu livro *Curso de electricidade prática (1945)* chegou, pelo menos, à 16.ª edição, em 1975¹. Há registo que foi adotado entre outras escolas técnicas, pela Escola de Aprendizizes da CP no Entroncamento no ano letivo 1964/65 na como manual do 3.º ano (Leal, 2001, p. 247).

No âmbito da sua carreira militar, Castro e Silva atingiu o posto de capitão-tenente a 10 de fevereiro de 1948. Pelas inscrições na sua *folha*² dos *Livros Mestres* sabemos que, em setembro de 1950 recebeu um louvor “pelas excepcionais faculdades de trabalho, competência técnica, lealdade, dedicação e entusiasmo pelo serviço que demonstrou no desempenho das funções de Chefe do Estado Maior da Metrópole e que, de modo brilhante, confirmou durante o último período de exercícios do agrupamento de navios da força Naval da Metrópole, de 17 de Maio a 31 de Julho do corrente ano”.

¹ <https://biblioteca.cm-santarem.pt/SearchResult.aspx?search= OB:%2B QT:AS Q:ELECTRICIDADE EQ :T D:T>, consultado em 17/09/2025

² Folha 197 do livro M, dos *Livros Mestres* dos oficiais da Armada.

Em fevereiro de 1951, recebeu, em conjunto com os comandantes e guarnições da Fragata *Diogo Gomes* e dos contratorpedeiros *Vouga* e *Dão*, um louvor muito elogioso dado pelo então Comandante Geral da Armada, vice-almirante Fernando de Oliveira Pinto, pelo exercício de funções como oficial delegado do Estado-Maior Naval.

Os portugueses tinham-se saído muito bem nesses primeiros exercícios conjuntos e combinados com as forças inglesas, a *Home Fleet*.

Castro e Silva tinha sido designado para coadjuvar na preparação e execução desses primeiros exercícios, que haviam decorrido em novembro de 1950.

Em março de 1951, foi nomeado para servir no Instituto Superior Naval de Guerra (ISNG) que havia sido recentemente criado, em 1948³ (Revista da Armada, 1998).

Em 1 de junho de 1951 recebeu guia para a Embaixada de Portugal em Londres, a fim de fazer parte de uma “Missão de estudo” que foi a Inglaterra.

Em julho do mesmo ano recebeu mais duas guias, ambas para os Estados Unidos da América do Norte: uma para a Embaixada de Portugal em Washington e outra para o estabelecimento de ensino onde foi frequentar um curso de especialização.

Pela mesma fonte sabemos que tirou também o “Curso de luta anti-submarina para comandantes e imediatos” na United States Fleet Sonar School, em Key West, na Florida, em 1952.

Durante o tempo de permanência no ISNG, para além de professor de Estratégia e Diretor do Curso Geral Naval de Guerra, realizou conferências doutrinárias sobre “Estratégia, Tática, Comandos e Estados Maiores e Problemas de Guerra” aos Cursos Gerais Navais de Guerra nos anos letivos de 1951/1952, 1952/1953 e 1953/1954.

Um louvor de 1954 era referia que este oficial, “tem concebido, orientado e dirigido o ensino dos Cursos Gerais Navais de Guerra” e “prestado à Armada uma contribuição muitíssimo valiosa na preparação e ensino da Ciência e Arte da guerra naval, no campo da Estratégia, Tática, comando e Estados-Maiores e Problemas de Guerra, por forma já integrada nas normas e instruções determinadas pela OTAN”.

Foi nomeado vogal da Comissão de Redação dos Anais de Marinha nos anos de 1952/1953, 1953/1954 e 1954/1955.

Nos intervalos das suas funções como académico realizou alguns embarques e comissões em terra.

Em março de 1954 embarcou na fragata “*Diogo Gomes*” a fim de tomar parte nos exercícios de navios da Força Naval da Metrópole. Comandou a Fragata “*Corte Real*”, em 1959. Em 1961 era Chefe da III Divisão do Estado-Maior da Armada e em 1963 desempenhava as funções de 1.º Comandante do Grupo n.º 1 de Escolas da Armada, em Vila Franca de Xira.

³ Decreto-Lei n.º 37130, de 4 de novembro de 1948.

Castro e Silva terminou a sua carreira como Diretor do ISNG, função que desempenhou por mais de três anos, entre 27 de julho de 1967 e 3 de novembro de 1970, antes de passar à situação de reserva.⁴



Figura 2: Castro e Silva, contra-almirante, em 1967. (Álbum n.º 31 de Fotografias de Oficiais, f. 43; <https://arquivohistorico.marinha.pt/viewer?id=16065&FileID=12016&recordType=Description>)

Dois anos após ter deixado a vida militar ativa, em 1972, Castro e Silva publicou o livro *Estratégia*.

No Prefácio, o autor declara que o livro resulta do seu desejo acalentado desde o tempo em que lecionava no ISNG, face à carência que havia sentido “na bibliografia político-militar” de uma obra que

tratasse de teorias estratégicas para os três ramos das forças armadas e servisse ao mesmo tempo para difundir conhecimentos desse teor no meio não militar, em particular no elemento político, que sempre tem de compreender de maneira precisa as coisas da guerra nos seus diversos domínios, pois só desta forma se torna possível conjugar conscientemente todos os esforços – militares e não militares – como é mister, na consecução dos objectivos nacionais. Castro e Silva, 1972, Prefácio.

Na prática, o livro é uma versão ampliada da sua sebenta de 1952, à qual acrescentou três novos assuntos. Às temáticas clássicas acrescentou, em capítulos individualizados, as da Guerra subversiva, da Contra-subversão e da Estratégia nuclear.

A sua intenção com esta publicação não era agora a de difundir a Estratégia entre os militares mas de a propagar, sobretudo e particularmente, como referiu,

4

<https://www.marinha.pt/ConteudosExternos/RevistaArmada/1998/index.html#p=379>, consultada em 13 de fevereiro de 2025.

entre os não militares e sobretudo “*no elemento político*”, que no seu entender carecia de compreensão “*precisa sobre as coisas das guerra*”. Em simultâneo, pretendia que “*tratasse de teorias estratégicas para os três ramos das forças armadas*”, reconhecendo a inexistência de uma obra que as reunisse.

Castro e Silva foi tal como Maquiavel um verdadeiro homem do seu tempo. Com uma grande capacidade de trabalho, angariador de muita experiência e vastos conhecimentos técnicos, procurou deixar um legado intemporal, contribuir dentro das suas possibilidades para uma elevação dos conhecimentos daqueles com maior vocação para alterar os destinos na nação – os políticos, os militares e as futuras gerações.

Vejamos onde e como estes dois autores se encontram.

4. O povo em Maquiavel

4.1 Os Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio e O Príncipe

Nicolau Maquiavel (1469-1527), importante filósofo, escritor e estadista italiano do Renascimento é considerado o pai da ciência política moderna. Nascido em Florença, viveu numa época de intensas mudanças políticas e sociais na Península Itálica, marcada por conflitos entre diferentes cidades-estado e pela ascensão da família Médici ao poder (Bignotto, 2003).

Muitos são os investigadores que se têm dedicado à tradução e exegese da sua obra, não só nas áreas da ciência política, do estudo da guerra e da filosofia, mas sobretudo nestas.

Para além de *O Príncipe* (1532), a sua obra mais conhecida, Maquiavel escreveu outras obras, anteriores, como *A Arte da Guerra* (1521), a *História de Florença* (1520-1525) e os *Discursos sobre a Primeira Década de Tito Lívio* (1531) - apenas *Discursos* daqui em diante. Os seus escritos abordam temas como a natureza do poder, a política, a história e a guerra.

Nas obras *Discursos* e *O Príncipe* o povo desempenha um papel de relevo. Maquiavel reconhece-o como uma força política poderosa que os príncipes não devem ignorar se quiserem manter o poder. Ele observa que o *povo* tem desejos e opiniões próprias, que podem influenciar o curso dos acontecimentos e oferece conselhos aos príncipes sobre como devem lidar com o *povo*, tanto para garantir o apoio popular como para enfrentar a oposição.

Na obra *O Príncipe*, Maquiavel destaca que o *povo* pode ser um aliado valioso para o príncipe. Se este conquistar o seu apoio pode governar com mais segurança e estabilidade. No entanto, adverte que o príncipe não deve confiar nele em demasia. Uma atitude sensata será a de precaução e de preparação contínua para enfrentar a oposição popular em caso de necessidade. Contudo, o príncipe não se deve deixar guiar exclusivamente pela opinião do *povo*. Convém que aja com base nos seus próprios interesses e nos interesses do Estado, mesmo que isso signifique contrariar a vontade popular.

Na obra *O Príncipe*, no Capítulo IX, por exemplo, Maquiavel aborda o assunto dos principados civis, onde o príncipe chega ao poder com o apoio do *povo* ou dos nobres. Ele observa que o *povo* deseja ser governado e não ser oprimido, enquanto os nobres desejam oprimir o *povo*. O príncipe deve buscar o apoio do povo, pois este é mais numeroso e mais fácil de contentar do que os nobres (Maquiavel, s/data).

No Capítulo XVII, Maquiavel aborda a questão da crueldade e da clemência. Ele argumenta que um príncipe deve ser temido, mas não odiado. Adverte que o ódio do *povo* é um perigo maior do que o medo, pois o *povo*, quando oprimido, pode voltar-se contra o príncipe. Daí a importância de evitar o desprezo e o ódio do *povo*. Ele observa que o *povo* é facilmente enganado pelas aparências, mas não tolera a insolência e a covardia.

No Capítulo XXI, Maquiavel aconselha o príncipe a promover jogos e espetáculos para entreter o *povo*. Ele observa que o *povo*, distraído com essas diversões, esquece-se dos problemas políticos.

Maquiavel descreve a relação entre o príncipe e o *povo* como uma relação de reciprocidade de poder. O príncipe exerce o poder sobre o *povo*, mas o *povo* também tem poder sobre o príncipe. O príncipe precisa do *povo* para governar, mas o *povo* também precisa do príncipe para garantir a ordem e a segurança.

Se analisarmos a obra *Discursos* podemos ter outra perspectiva, e até completamente oposta, àquela que é percebida da análise da obra *O Príncipe*, no que ao *povo* diz respeito. Esta obra de teoria política, escrita por Nicolau Maquiavel por volta de 1517 e publicada postumamente em 1531 analisa os primeiros dez livros da "História de Roma" de Tito Lívio, buscando extrair lições sobre a natureza do poder, a república e o governo.

Os *Discursos*, foram publicados primeiro que o *Príncipe*, apesar de *O Príncipe*, ter sido escrito primeiro (1514) e publicado depois (1532) e ter tido um maior eco, não necessariamente positivo (Pinzani, 2004)

Resumidamente, Maquiavel aborda nesta obra (*Discursos*) as seguintes temáticas: a natureza da república, a importância da virtude e o papel do povo (Maquiavel, 2024).

Maquiavel defendia a república como a melhor forma de governo, desde que fosse bem ordenada e equilibrada. Ele acreditava que a república permitia a participação do *povo* e a liberdade, o que levava à grandeza e à estabilidade. Argumentava que o conflito entre a nobreza e o *povo* era inevitável, mas que podia ser benéfico para a república, desde que fosse regulado por leis e instituições. Enfatizava a importância da virtude cívica, que incluía o amor à pátria, a coragem e a disposição para servir o bem comum. Ele acreditava que a virtude era essencial para a manutenção da república e para a sua defesa contra os inimigos externos (Maquiavel, 2024).

Embora defendesse a república, Maquiavel reconhecia a necessidade de um líder forte em momentos de crise. Ele argumentava que um líder virtuoso podia usar a força para manter a ordem e a estabilidade, mas que devia fazê-lo com moderação e em benefício do bem comum. Adotava uma abordagem realista da política, analisando o comportamento humano como ele é, em vez de como deveria ser. Alegava que os líderes devem ser capazes de usar a força e a astúcia para alcançar os seus objetivos, mas que devem fazê-lo com prudência e tendo em consideração as consequências (Maquiavel, 2024).

Quanto ao papel do *povo* nos *Discursos*, Maquiavel considerava-o como um elemento fundamental da república. Ele acreditava que o *povo* tinha e tem um papel importante a desempenhar na tomada de decisões e na defesa da liberdade. Nesta obra Maquiavel não via o *povo* como um ator passivo. Pelo contrário, reconhecia a sua importância como ator político relevante, capaz de influenciar o curso da história. Observava que o *povo* tinha desejos e paixões, e que esses desejos podiam ser usados para o bem ou para o mal. Ele acreditava que o *povo* podia ser sábio e prudente, mas que também podia ser facilmente enganado e manipulado por líderes demagogos. Por isso, Maquiavel enfatizava a importância de educar o *povo* e de garantir que ele tivesse acesso à informação (Maquiavel, 2024).

4.2 O *povo* em Maquiavel

Ames (2019, p. 22), analisou a concepção de *povo* em *O Príncipe* e refere que a palavra *povo* é usada com um duplo significado, variando conforme o contexto da sua utilização. Pode significar a totalidade dos súbditos, no contexto específico dos grandes legisladores e da fundação de um principado por um príncipe novo, ou pode significar o humor que em toda a cidade se contrapõe ao humor dos grandes, no contexto das relações do príncipe com o seu *povo* sob um ordenamento político já instituído. Os dois significados estão numa relação de constante tensão, porque num são um corpo passivo e no outro um corpo ativo.

Este mesmo autor, na análise que faz do *povo* na obra *Discursos*, refere que:

(...) é equivocada a tentativa corrente, na tradição interpretativa, de fixar uma concepção homogênea e estática de povo, nos *Discursos* de Maquiavel. Ao invés disso, povo é figura polimórfica, em seus distintos apareceres na cena pública, de sorte que, em vez de uma visão estática, emerge da leitura dos textos dos *Discursos* uma visão dinâmica e em contínua transformação. Povo, para Maquiavel, é categoria política. Como tal, é vazia de conteúdos empíricos, quer de natureza sociológica (como, por exemplo, uma determinada classe social), quer econômica (como, por exemplo, pobres). Compreender *povo* como ator coletivo político é entender que seu ser se esgota em seu aparecimento na cena política. Antes - ou fora - de seu aparecimento, é como se estivesse *invisível*. (...) Cada aparecimento é sempre por uma “face” determinada e não previsível. Ames, 2020 pp. 133-156

Benetti (2024), defende que o *povo* em Maquiavel se define não pelo que é mas pelo que deseja. São os desejos que o caracterizam. E o desejo que predomina é o de não ser dominado.

Neste correr de ideias, assumimos então que o *povo*, independentemente do seu significado, composição ou contexto, é um ator político com desejos, com vontade.

Que papel desempenha então este ator? Ativo ou passivo?

Adverse (2007) aponta os trabalhos de Hans Baron (1966 e 1988), de Claude Lefort (1972), de John G. A. Pocock (1975) e de Quentin Skinner (1996) como aqueles que são consensuais quanto à leitura republicana da obra de Maquiavel. Contudo, refere a inexistência de consenso relativamente ao papel que o *povo* ocupa na república.

Alguns desses intérpretes, dos quais Adverse destaca H. Mansfiel (1996), Sfez (1999) e M. Foucault (2004), seguem na corrente de Leo Strauss (1978) e têm uma visão passiva ou negativa do *povo*. Defendem que, não obstante a sua importância na manutenção do Príncipe no poder, é uma massa amorfa, sem competência política, que facilmente pode ser manipulada, sujeita a paixões e caprichos.

Esta é uma visão que tem vindo a ser tentativamente dissipada por diversos investigadores mais recentes, mas não só.

Adverse (2007) afirma que a função que Maquiavel atribui ao *povo*, de guardião da liberdade, implica a sua participação ativa nos afazeres cívicos, ou seja, “a sua inscrição no espaço público como agente político”.

Dal Castel (2013) que também estudou o pensamento político de Maquiavel através das suas duas maiores contribuições para a Ciência Política: *O Príncipe* e *Discursos* apoia-se em Adverse (2007) na defesa desta mesma posição do *povo* em Maquiavel, como guardião da liberdade.

E é aqui que entra o conceito de *liberdade*. Mas afinal o que é a *liberdade* em Maquiavel?

4.3 A liberdade em Maquiavel

Outro conceito que também é abordado em Maquiavel é o de *liberdade*. Este conceito está intimamente relacionado com o *povo*. Isto porque, regra geral, os intérpretes de Maquiavel entendem que o principal motivo que leva os homens a defenderem a sua *liberdade* é que essa é a única garantia que possuem de que, só assim, poderão satisfazer os seus próprios interesses, o que também é uma visão negativa e reducionista do *povo* (Adverse, 2007).

Adverse (2007) defende que esta não era a ideia que Maquiavel queria transmitir. Consistiria antes numa interpretação de que o *povo* apenas desejava

uma ausência de dominação, mas que não tinha interesses políticos. Ou seja, o *povo* não tinha vontade, nem capacidade, de exercer funções políticas. Alguém do *povo* que o fizesse, rapidamente assimilaria os mesmos defeitos que havia criticado, ou seria um fantoche à mercê de um grupo de cidadãos politicamente mais competentes. O *povo* apenas estaria preocupado com os seus próprios interesses e desprezaria o bem comum.

Adverse justifica a sua oposição a esta perspetiva com dois argumentos:

O primeiro é que: se o *povo* quer ser “guardião da liberdade” tal implica a sua participação ativa nos afazeres cívicos, ou seja, “a sua inscrição no espaço público como agente político”. O que é possível, não obstante alguns autores defenderem a sua falta de competência porque o próprio Maquiavel referiu que “os homens em geral julgam bem quando conhecem as particularidades dos acontecimentos” (Discursos, I, 4, 47 e 48, citado por Adverse, 2007, p. 49).

O segundo é que esta interpretação “contamina” o republicanismo de Maquiavel com um pressuposto teórico desenvolvido posteriormente na história do pensamento político, segundo o qual no fundamento da vida pública vamos encontrar os interesses privados e que a sua satisfação orientaria a dinâmica política.

Contudo, segundo Adverse, Maquiavel refere que duas coisas fazem os homens agir: o temor e o amor. Que a primeira, o temor, é negativa e a segunda, o amor, embora sendo positiva pode levar o homem a agir pela ação privada e não para o bem comum (Adverse, 2007, p. 48).

Mas afinal o que é a *liberdade* em Maquiavel?

Dal Castel (2013) explica no seu trabalho todas as dicotomias e nuances da *liberdade* republicana em Maquiavel apoiando-se, entre outros, nos seguintes autores: Benjamin Constant (1767-1830), Isaiah Berlin (1909-1997), Philip Pettit (1945-). O que ela defende sobre este assunto, resumidamente, pode condensar-se no seguinte:

(...) a liberdade positiva não se enquadra no ideal de liberdade em Maquiavel. Essa liberdade positiva é a presença do poder. É o auto-domínio. Os governos em que ela pode ser encontrada são parecidos com a tirania, onde um possui o domínio do todo. A liberdade negativa já se aproxima mais da concepção de Maquiavel, pois ela é em poucas palavras a ausência de domínio, ausência de interferência. Dal Castel, 2013, p. 116

Agarrando ainda no conceito de *liberdade* e associando-o ao *amor pela pátria*, que é o que para o caso mais nos interessa, Adverse explica a ligação entre o *amor pela pátria* e a *liberdade*, conotando a liberdade com o próprio bem comum e o amor à pátria:

Proponho que se entenda o amor pela pátria como a forma afetiva do desejo de liberdade. Isso significa que amar a pátria é tomar a coisa

pública ela mesma como objeto de desejo e que os interesses privados, como querem alguns comentadores, não podem recobrir toda a gama de motivações para a ação. Mais ainda, a lógica segundo a qual ao defender o bem comum (identificado com a liberdade) os cidadãos estão defendendo seus próprios interesses revela suas limitações: não há dúvida que os homens, ao saírem em defesa da coisa pública, sempre consideram seu benefício pessoal, mas no republicanismo maquiaveliano não podem operar apenas com essa lógica porque a conservação do *vivere libero* exige que se tome a coisa pública como um objeto a ser desejado por ele mesmo, o que é o mesmo que dizer que o bem comum tem de ganhar alguma substância para os cidadãos. Esse é propriamente o normativismo presente no pensamento de Maquiavel e o sentido do termo *virtù* quando referido ao povo. Adverse, 2007, p. 48.

Em seu auxílio vem um estudioso mais recente, Ariza. Este último refere que já Rousseau, no seu *Contrato social* de 1757, procurou “desfazer interpretações equivocadas que a obra de Maquiavel havia sofrido por meio da perseguição da Corte de Roma” que proibiu severamente o seu livro *Discursos* (Ariza, 2024, p. 74).

Ariza menciona, apoiado na análise de Rosseau, que na obra *O Príncipe* é possível encontrarmos indiretamente um Maquiavel republicano e defensor da *liberdade*, enquanto nos *Discursos* essa interpretação é direta. Assim sucedeu porque, escreveu Rosseau em nota na sua obra, citado por Ariza, “...durante a opressão da sua pátria Maquiavel viu-se obrigado a disfarçar o seu amor à liberdade colocando em contraste as máximas dos dois livros e todas estas confusões só demonstram que até hoje Maquiavel só teve leitores superficiais ou corrompidos” (Ariza, 2024, p. 74).

Pinzani (2004) explica o contexto em que *o Príncipe* foi escrito. O livro foi elaborado após Maquiavel, na sequência da queda da República de Florença em 1512, ter sido preso e torturado, acusado de ter participado numa conspiração contra os Médici. Apesar de ter sido provada a sua inocência, foi deposto do seu cargo de secretário e diplomata. Como após estes acontecimentos a cidade se tornou insuportável para ele, refugiou-se numa quinta a vinte quilómetros de Florença onde estudava os clássicos durante a noite e jogava na taberna com os homens da aldeia durante o dia. Ele ofereceu o livro a Lourenço II de Médici, mas o duque de Urbino desprezou o presente.

Ou seja, Maquiavel teve de se retratar e esconder o seu amor à *liberdade*, ao bem comum, mas não desistiu de procurar fazer ver aos políticos, neste caso a Lourenço II, a importância desse mesmo bem comum, do *povo* e da *liberdade*.

5. De Castro e Silva a Maquiavel

Apesar de não termos encontrado na obra de Castro e Silva qualquer referência explícita à obra de Maquiavel, sabemos pelos seus escritos que lia os clássicos e que deles tirava exemplos e ensinamentos que incluiu na sua sebenta e livro sobre Estratégia. Consideramos que, no prefácio do livro *Estratégia*, ele

escreveu algo que associámos de imediato às advertências do autor renascentista sobre a importância do *povo* para a manutenção do Príncipe no poder. Consideramos particularmente elucidativo o seguinte excerto desse prefácio:

Vai longe o tempo em que a guerra era assunto para ser tratado e resolvido exclusivamente pelos militares. Hoje, seja qual for o tipo de conflito, a Nação precisa de todos; precisa efectivamente, além de uma orientação política firme, do apoio material e moral de toda a gente – do elemento político, do elemento militar e do povo. A unidade nacional é, com efeito, factor primordial para resistir e vencer, e tudo terá de ser feito, por conseguinte, para a criar e manter. Castro e Silva, Prefácio do livro *Estratégia*, 1972

Parecia que ele estava a dizer, interpretando *a contrario senso* que não existia na prática unidade nacional, que a guerra não era um problema exclusivamente dos militares, que os políticos eram frouxos e que estavam a negligenciar o povo.

Sabemos, através de estudos recentes (Oliveira, 2024, p. 79) que o clima político na Armada em 1972 era tudo menos de “unidade nacional”. Desde a Assembleia Geral do Clube Militar Naval de 22 de fevereiro de 1968 que havia divergências políticas dentro da corporação (Lauret, 2022). Uma organização clandestina de oficiais da Armada estava em curso (Oliveira, 2024).

Desconhecemos até que ponto Castro e Silva estava ou não envolvido neste assunto. Nem isso nos interessa de momento. Deixamos isso para futuras investigações. Até porque ele nesta altura já estava fora do ativo e estaria, pela idade, eventualmente mais conotado com o regime instituído.

Facto que torna ainda mais curiosa esta advertência objetiva, de professor experiente de Estratégia Militar, e de homem conhecedor do mundo, quase que antevendo o que estava para vir e para se ouvir. A voz da canção que diz que “O povo é quem mais ordena.”. A voz da liberdade que ele próprio tinha receio de proferir, mas que numa derradeira lição não podia deixar passar.

Esse prefácio trazia também outros dois recados muito importantes e atuais.

Um é para os “grandes” no contexto militar, ou seja, para os chefes dos três ramos das forças armadas. Castro e Silva alerta para a importância de “não andar cada um para seu lado”, para a importância vital da cooperação militar e da partilha de informação estratégica nas forças armadas. Diz ele:

Mas se a cooperação de todos é essencial, o facto ainda mais se acentua, no meio militar, onde os seus três ramos – Exército, Marinha e Força Aérea – carecem vitalmente, não só do apoio material e moral da retaguarda, como outrossim do apoio logístico e operacional entre as suas forças, de modo directo ou indirecto, seja portanto no campo táctico, seja enfim no campo estratégico. Por isso não é demais encarecer a necessidade de os comandos das forças terrestres, navais e aéreas, nos seus vários escalões, terem conhecimento recíproco das suas particulares estratégias. Castro e Silva, Prefácio do livro *Estratégia*, 1972

Ou seja, ele observava que não existia esta cooperação e partilha tão necessária entre os três ramos. Por isso é que precisava de chamar a atenção para ela.

O último recado, mas não o menos importante, é para os não militares, para os civis e, sobretudo, para “o elemento político”, a quem o livro em primeiro lugar se destinava. Castro e Silva entendia que “o elemento político” necessitava de adquirir mais conhecimentos e compreender melhor a estratégia militar para melhor poder conjugar os esforços militares e não militares.

Parece-nos que tal como Maquiavel viu a sua oferta desprezada por Lourenço II de Médicis, também o “elemento político” português não aproveitou bem estes recados.

6. Conclusão

Sendo nosso objetivo primeiro reavivar a memória do vice-almirante Rogério Silvério de Castro e Silva e divulgar o legado que deixou para as gerações futuras no âmbito da Estratégia penso que atingimos o nosso propósito.

O prefácio do livro *Estratégia* (1972) de Castro e Silva, fez-nos pensar que era possível associar os pensamentos de Maquiavel e de Castro e Silva sobre a importância do *povo* em termos estratégicos. Assim, partindo de um resumo das duas obras do autor florentino que mais tratam do seu papel (do povo), *Discursos* e *O Príncipe*, passámos para uma análise dos conceitos de *povo* e *liberdade* nessas mesmas obras.

Antes disso, porém, construímos o contexto histórico que existia em Portugal no tempo de vida ativa de Castro e Silva para que melhor se pudesse compreender a importância que o *povo* veio a ganhar posteriormente. Portugal vivia num regime político rígido e fechado onde havia censura e perseguição. O povo não tinha voz.

Castro e Silva foi um homem que viveu intensamente, viajou e trabalhou muito. Para além de ter embarcado em muitos navios, destacou-se na formação técnica e no ensino de áreas do conhecimento muito diversificadas como a eletricidade, a arte naval e a estratégia.

A mensagem que ele quis deixar e que, no nosso entendimento, vai de encontro ao que Maquiavel também desejou legar, é que o *povo* não pode, nem deve ser esquecido em qualquer estratégia. Se queremos vencer, temos que reunir os esforços de todos os quadrantes sociais.

Militares e não militares, mas sobretudo os políticos, precisam compreender Estratégia para melhor poderem conjugar todos os esforços na prossecução e alcance dos objetivos nacionais.

Quando a vontade e o ânimo se dispersam perdem a sua força. Sem unidade de esforços, e sem cooperação, é difícil, senão impossível, atingir os objetivos. Quando cada um vai para seu lado e quer satisfazer unicamente os seus interesses, as coisas vão correr mal. A partilha de conhecimentos, de estratégias e de recursos - a cooperação - entre os ramos das forças armadas não é algo de supérfluo, é uma necessidade.

Não obstante a forma controversa como a obra de Maquiavel tem sido interpretada, as suas ideias continuam a ser discutidas e estudadas. A sua obra continua relevante para a compreensão da política e do poder na atualidade.

O mesmo se pode dizer, no que à relevância diz respeito, a propósito dos contributos de Castro e Silva para a Estratégia.

O estudo dos clássicos leva-nos a refletir e a neles procurar respostas para as inquietações contemporâneas. Os pensamentos dos clássicos ajudam-nos a abrir os nossos horizontes e a reconstruir os nossas perspetivas. As contribuições dos clássicos são intemporais porque os problemas de antigamente são os mesmos de agora, o que muda é o contexto, o cenário, os meios, sobretudo os meios, fora isso tudo praticamente se mantém, pelo menos enquanto o elemento humano permanecer (os desafios que a inteligência artificial traz e trará para a estratégia fazem parte de outros estudos).

Fontes e referências bibliográficas:

Fontes:

Arquivo Histórico da Marinha: *Livro M*, dos *Livros Mestres* dos oficiais da Armada.

Silva, R. C. (1944). *Manual das Instalações Eléctricas de Bordo*. Ministério da Marinha.

Silva, R. C. (1972). *Estratégia*, Comissão Cultural da Marinha.

Silva, R. C. (1979). *A Arte Naval Moderna (Aparelho e Manobra dos Navios)*. Editorial de Marinha. 9.^a Edição.
<https://pt.scribd.com/document/591662794/Arte-Naval-Moderna-9%C2%AA-Edicao-word>.

Referências bibliográficas:

Adverse, H. (2007). Maquiavel, a república e o desejo de liberdade. *Trans/Form/Ação*, 30, 33-52. <https://doi.org/10.1590/S0101-31732007000200004>

Ames, J. L. (2019). Concepção de povo em "o príncipe" de maquiavel. *Problemata: Revista Internacional de Filosofia*, 10(1), 21-42.

Ames, J. L. (2020). As múltiplas figuras de povo em discursos de Maquiavel. *Trans/Form/Ação*, 43(2), 0133-0156.

Afonso, A. & Gomes, C. M. (2020). *Guerra Colonial*. Porto Editora

Ariza, P. (2024) Nicolau Maquiavel: o povo como guardião da liberdade. *Revista DIAPHONÍA*, [S. l.], v. 10, n. 3, p. 73-88, 2024. DOI: 10.48075/rd.v10i3.34605. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/diaphonia/article/view/34605>. Acesso em: 11 fev. 2025.

Benetti, F. de Jesus (2024). O conceito de povo nos escritos de Maquiavel: do projeto à tese da tese. *Alamedas*, 12(2), 35-43.
<https://doi.org/10.48075/ra.v12i2.32769>.

- Bignotto, N. (2003). *Maquiavel*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Dal Castel, K. E. C. (2013). O povo em Maquiavel como guardião da liberdade (Master's thesis, Universidade Federal de Pelotas).
- Lauret, P. (2022). "O Clube Militar Naval – 1968 a 1974 – A Assembleia Geral de 22 de Fevereiro de 1968". *Anais do Clube Militar Naval*, Vol. CLII, julho-dezembro 2022, p. 387-400.
- Leal, H.R. (2001). *De aprendiz a cidadão. A Escola de Aprendiz da CP no Entroncamento: 1943-1976*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação. História da Educação. Faculdade De Psicologia e Ciências da Educação. Universidade de Lisboa. https://repositorio.ulisboa.pt/bitstream/10451/29899/1/ulfpie047005_t m.pdf.
- Maquiavel, N. (s/data). *O Príncipe*. Livros de Bolso Europa-América n.º 24 Publicações Europa-América.
- Maquiavel, N. (2024). *Discursos Sobre a Primeira Década de Tito Lívio*. Edições 70.
- Matos, J. S. (1999). "A NATO e a Marinha Portuguesa – uma participação empenhada", *Revista da Armada*, Abril de 1999, pp. 16-21. <https://www.marinha.pt/Conteudos Externos/Revista Armada/1999/index.html#p=132>.
- Oliveira, L. T. de (2024). *A Caminho do 25 de Abril. Uma organização clandestina de oficiais da Armada*. Edições 70.
- Pinzani, A. (2004). *Maquiavel & o príncipe*. Editora Schwarcz-Companhia das Letras.
- Rádio Televisão Portuguesa (RTP) (2016) . *Os dias da História – Admissão de Portugal na ONU*. Autoria de Paulo Sousa Pinto. Antena 2, <https://ensina.rtp.pt/artigo/admissao-de-portugal-na-onu/> .
- RTP (2021a). *As revoluções da República*, Autoria da Associação dos Professores de História/Mariana Lagarto. <https://ensina.rtp.pt/explicador/as-revolucoes-da-republica>.
- RTP (2021b). *Efeitos humanos e económicos da Guerra Colonial*, Autoria da Associação dos Professores de História/Mariana Lagarto. <https://ensina.rtp.pt/explicador/efeitos-humanos-e-economicos-da-guerra-colonial/>.
- RTP África (2025). *Alberto Oliveira Pinto*, entrevistado por Amadú Dafé. Programa: Mar de Letras de 8 de janeiro de 2025, 16', <https://www.rtp.pt/programa/tv/p44944/e46>.
- Revista da Armada (1998). *50.º Aniversário do Instituto Superior Naval de Guerra*. p. 17. <https://marinha.p/Conteudos Externos/Revista Armada/1998/index.html#p=381>.
- Telo, António José (2000). A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial. *Revista Janus 1999-2000*, n.º 36, [Janus 1999-2000 | A neutralidade portuguesa na Segunda Guerra Mundial](https://www.janus.pt/1999-2000/A%20neutralidade%20portuguesa%20na%20Segunda%20Guerra%20Mundial).